

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	82
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	34.065
Total	54.065
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	880.878	887.664
1.01	Ativo Circulante	200.331	223.571
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.660	49.465
1.01.01.01	Caixa e Bancos	15.094	3.605
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	25.566	45.860
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.551	14.324
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.551	14.324
1.01.02.01.03	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.551	14.324
1.01.03	Contas a Receber	106.147	103.436
1.01.03.01	Clientes	102.967	101.412
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	106.396	104.865
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-3.429	-3.453
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.180	2.024
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	3.180	2.024
1.01.04	Estoques	39.122	44.498
1.01.04.01	Estoques	39.122	44.498
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.887	10.536
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.887	10.536
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	7.887	10.536
1.01.07	Despesas Antecipadas	964	1.312
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	964	1.312
1.02	Ativo Não Circulante	680.547	664.093
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.595	61.957
1.02.01.03	Contas a Receber	21.949	13.108
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.949	13.108
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.449	46.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.449	46.502
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.197	2.347
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.197	2.347
1.02.02	Investimentos	514.331	502.413
1.02.02.01	Participações Societárias	514.331	502.413
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	514.331	502.413
1.02.03	Imobilizado	100.080	96.985
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	100.080	96.985
1.02.03.01.01	Imobilizado	100.080	96.985
1.02.04	Intangível	2.541	2.738
1.02.04.01	Intangíveis	2.541	2.738
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.541	2.738

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	880.878	887.664
2.01	Passivo Circulante	174.954	170.926
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.053	11.688
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.855	2.470
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	1.855	2.470
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.198	9.218
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	1.787	3
2.01.01.02.02	Provisão de Férias	8.411	9.215
2.01.02	Fornecedores	58.648	63.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58.134	63.343
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	58.134	63.343
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	514	239
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	514	239
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.685	54.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.425	49.263
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	375	2.590
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	49.050	46.673
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.260	5.006
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	7.260	5.006
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.444	24.682
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.460	23.687
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.575	21.054
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.885	2.633
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	984	995
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	984	995
2.01.05	Outras Obrigações	12.483	9.208
2.01.05.02	Outros	12.483	9.208
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	12.483	9.208
2.01.06	Provisões	5.641	7.497
2.01.06.02	Outras Provisões	5.641	7.497
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	5.641	7.497
2.02	Passivo Não Circulante	808.179	839.057
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	22.126	25.420
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.563	24.635
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.563	24.635
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	563	785
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	563	785
2.02.02	Outras Obrigações	706.573	729.452
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	358.476	361.164
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	358.476	361.164
2.02.02.02	Outros	348.097	368.288
2.02.02.02.03	Valores a Pagar - Terceiros	19.970	19.081
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais e Tributárias	266.256	268.549
2.02.02.02.05	Provisões p/Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	61.871	80.658
2.02.03	Tributos Diferidos	65.068	69.488

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.068	69.488
2.02.03.01.01	Provisão para IRPJ e CSLL - Diferidos	65.068	69.488
2.02.04	Provisões	14.412	14.697
2.02.04.02	Outras Provisões	14.412	14.697
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	14.412	14.697
2.03	Patrimônio Líquido	-102.255	-122.319
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.02.07	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.03	Reservas de Reavaliação	42.598	43.084
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	42.598	43.084
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-901.513	-927.696
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	74.239	72.061
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	74.239	72.061
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-141.348	-133.537
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-141.348	-133.537

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.167	178.414
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.091	-95.780
3.03	Resultado Bruto	86.076	82.634
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.848	-89.729
3.04.01	Despesas com Vendas	-60.955	-51.672
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-10.241	-9.564
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-11.084	-4.096
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-18.050	-13.868
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-18.936	-19.234
3.04.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	339	-563
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.012	-719
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-512	-748
3.04.01.08	Despesas com Aluguéis	-1.530	-1.433
3.04.01.09	Outras Despesas	71	-1.447
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.816	-10.524
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-5.319	-5.107
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-2.524	-3.387
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-388	-625
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-598	-447
3.04.02.05	Materiais Diversos	-145	-174
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-57	-52
3.04.02.07	Despesas com Aluguéis	-172	-142
3.04.02.08	Outras Despesas	-613	-590
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.619	2.047
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	26.619	2.047
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.471	-3.112
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-8.432	-2.194
3.04.05.02	Desp.c/Partic.nos Resultados	-1.039	-918
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.775	-26.468
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.228	-7.095
3.06	Resultado Financeiro	-21.585	7.643
3.06.01	Receitas Financeiras	1.373	31.164
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.245	1.184
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	128	29.980
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.958	-23.521
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-10.430	-8.851
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-12.528	-14.670
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.643	548
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.300	-5.422
3.08.01	Corrente	-375	-1.864
3.08.02	Diferido	-2.925	-3.558
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.343	-4.874
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.343	-4.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,47	-0,09
3.99.01.02	ON	0,47	-0,09
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,47	-0,09
3.99.02.02	ON	0,47	-0,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	25.343	-4.874
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.633	7.951
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	-7.811	7.951
4.02.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	2.178	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.710	3.077

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.206	25.908
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.104	30.628
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	28.643	548
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.476	2.931
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.de liquid.duvidosa	-24	433
6.01.01.04	Provisão (reversão de prov.) de Estoques	-430	778
6.01.01.05	Imp.de Renda e Contrib.Social-Diferidos	-4.819	3.558
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-17.775	24.270
6.01.01.07	Vlr.Residual do At.Não Circulante	0	876
6.01.01.08	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	-18.787	-679
6.01.01.09	Provisões Diversas	-2.388	-2.131
6.01.01.10	Outros	0	44
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.202	22.023
6.01.02.01	V.C.e Monet.s/Empréstimos, líq.	-1.192	309
6.01.02.02	V.C.e Monet.s/Soc.Control.Ligadas, líq.	-11.761	13.815
6.01.02.03	V.C.e Monet.Valores de Terceiros, líq.	-889	990
6.01.02.04	Juros e V.Monet.s/imp.parc.e Atrasados	-8.360	6.909
6.01.03	Outros	20.100	-26.743
6.01.03.01	Clientes	-1.531	10.741
6.01.03.02	Estoques	5.806	-2.902
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	348	-491
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	2.799	7.508
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-9.996	-473
6.01.03.06	Fornecedores	-4.933	9.640
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	365	1.672
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	13.117	-13.668
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	9.073	-30.776
6.01.03.10	Valores de Terceiros	1.778	-1.691
6.01.03.11	Outras Contas a Pagar	3.274	-6.303
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.741	-11.728
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	8.773	-3.374
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-5.374	-6.719
6.02.03	Investimentos em Controladas	342	-9.586
6.02.04	Aquisição de Controladas líquido do caixa adquirente	0	7.951
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.660	-5.801
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	2.660	-5.801
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.805	8.379
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.465	20.163
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.660	28.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-927.696	-18.392	-122.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-927.696	-18.392	-122.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.697	-5.633	20.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.343	0	25.343
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	354	-5.633	-5.279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-7.811	-7.811
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	354	2.178	2.532
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	486	-486	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	486	-486	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-901.513	-24.511	-102.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-962.252	-1.077	-139.560
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-962.252	-1.077	-139.560
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.943	4.833	890
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.874	0	-4.874
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	931	4.833	5.764
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.833	4.833
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	931	0	931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	711	-711	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	711	-711	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-965.484	3.045	-138.670

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	272.332	240.613
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	259.240	239.129
7.01.02	Outras Receitas	12.753	2.047
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	339	-563
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-165.273	-142.610
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-110.473	-99.792
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-51.250	-40.528
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.550	-2.290
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.059	98.003
7.04	Retenções	-2.476	-2.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.476	-2.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	104.583	95.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.149	4.696
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.775	-26.468
7.06.02	Receitas Financeiras	1.374	31.164
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.732	100.598
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.732	100.598
7.08.01	Pessoal	25.676	25.100
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.867	18.199
7.08.01.02	Benefícios	4.950	5.199
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.859	1.702
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.493	54.340
7.08.02.01	Federais	32.288	38.444
7.08.02.02	Estaduais	16.572	15.485
7.08.02.03	Municipais	-1.367	411
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.220	26.032
7.08.03.01	Juros	9.798	8.656
7.08.03.02	Aluguéis	2.703	2.525
7.08.03.03	Outras	12.719	14.851
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.343	-4.874
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.343	-4.874

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	650.145	670.856
1.01	Ativo Circulante	223.035	246.492
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.694	49.527
1.01.01.01	Caixa e Bancos	15.128	3.667
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	25.566	45.860
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.679	16.911
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.679	16.911
1.01.02.01.03	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.679	16.911
1.01.03	Contas a Receber	106.464	103.715
1.01.03.01	Clientes	103.073	101.547
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	108.111	106.609
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-5.038	-5.062
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.391	2.168
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	3.391	2.168
1.01.04	Estoques	59.345	64.488
1.01.04.01	Estoques	59.345	64.488
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.889	10.539
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.889	10.539
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	7.889	10.539
1.01.07	Despesas Antecipadas	964	1.312
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	964	1.312
1.02	Ativo Não Circulante	427.110	424.364
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	106.328	104.250
1.02.01.03	Contas a Receber	22.450	13.175
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.450	13.175
1.02.01.04	Estoques	41.812	41.811
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.449	46.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.449	46.502
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.617	2.762
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.617	2.762
1.02.03	Imobilizado	310.297	309.427
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	310.297	309.427
1.02.03.01.01	Imobilizado	310.297	309.427
1.02.04	Intangível	10.485	10.687
1.02.04.01	Intangíveis	10.485	10.687
1.02.04.01.02	Intangíveis	10.485	10.687

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	650.145	670.856
2.01	Passivo Circulante	199.915	208.495
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.064	11.695
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.855	2.479
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	1.855	2.479
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.209	9.216
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	1.786	3
2.01.01.02.02	Provisão de Férias	8.423	9.213
2.01.02	Fornecedores	59.039	63.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58.524	63.880
2.01.02.01.01	Fornecedores	58.524	63.880
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	515	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.878	67.228
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.618	62.222
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	724	3.160
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	60.894	59.062
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.260	5.006
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	7.260	5.006
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.703	48.380
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.719	47.385
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.834	44.752
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.885	2.633
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	984	995
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	984	995
2.01.05	Outras Obrigações	13.197	9.412
2.01.05.02	Outros	13.197	9.412
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	13.197	9.412
2.01.06	Provisões	6.034	7.900
2.01.06.02	Outras Provisões	6.034	7.900
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	6.034	7.900
2.02	Passivo Não Circulante	548.807	580.255
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.344	26.910
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	22.781	26.125
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	22.781	26.125
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	563	785
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	563	785
2.02.02	Outras Obrigações	388.527	409.346
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	208	208
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	208	208
2.02.02.02	Outros	388.319	409.138
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	266.570	268.920
2.02.02.02.04	Valores a Pagar - Terceiros	51.537	49.846
2.02.02.02.05	Provisão para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	70.212	90.372
2.02.03	Tributos Diferidos	123.869	130.932
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	123.869	130.932

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04	Provisões	13.067	13.067
2.02.04.02	Outras Provisões	13.067	13.067
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	13.067	13.067
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-98.577	-117.894
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.01.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.02.07	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.03	Reservas de Reavaliação	42.598	43.084
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	42.598	43.084
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-901.513	-927.696
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	74.239	72.061
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	74.239	72.061
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-141.348	-133.537
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-141.348	-133.537
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.678	4.425

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.167	178.344
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.625	-97.278
3.03	Resultado Bruto	86.542	81.066
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.295	-65.899
3.04.01	Despesas com Vendas	-60.914	-51.630
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-10.243	-9.565
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-11.084	-4.096
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-18.050	-13.868
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-18.936	-19.234
3.04.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	339	-563
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.012	-719
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-512	-748
3.04.01.08	Despesas com Aluguéis	-1.487	-1.390
3.04.01.09	Outras Despesas	71	-1.447
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.930	-13.085
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-5.370	-5.171
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-2.944	-3.551
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-2.616	-2.251
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-602	-449
3.04.02.05	Materiais Diversos	-145	-175
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-57	-52
3.04.02.07	Despesas de Aluguéis	-110	-80
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.086	-1.356
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.372	2.508
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	28.372	2.508
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.823	-3.692
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-8.784	-2.774
3.04.05.02	Desp.c/Partic.nos Resultados	-1.039	-918
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.247	15.167
3.06	Resultado Financeiro	-3.309	-15.475
3.06.01	Receitas Financeiras	13.708	17.608
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.269	1.189
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	12.439	16.419
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.017	-33.083
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-11.774	-10.236
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-5.243	-22.847
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.938	-308
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.250	-5.074
3.08.01	Corrente	-729	-1.882
3.08.02	Diferido	-2.521	-3.192
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.688	-5.382
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	24.688	-5.382
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	25.343	-4.874
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-655	-508

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,47	-0,09
3.99.01.02	ON	0,47	-0,09
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,47	-0,09
3.99.02.02	ON	0,47	-0,09

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	25.343	-4.874
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.633	7.951
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	-7.811	7.951
4.02.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	2.178	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	19.710	3.077
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	19.055	2.569
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	655	508

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.457	20.720
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.082	6.916
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	27.938	-308
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	4.718	5.931
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-24	433
6.01.01.04	Provisão (reversão de provisão) de Estoques	-430	778
6.01.01.05	Imp.de Renda e Contrib.Social-Diferidos	-5.094	3.192
6.01.01.06	Vlr.Residual do At.Não Circulante	0	1.177
6.01.01.07	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	-20.160	-623
6.01.01.08	Provisões Diversas	-1.866	-3.708
6.01.01.09	Outros	0	44
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.860	1.123
6.01.02.01	V.C.e Monet.s/Empréstimos, líq.	-1.659	309
6.01.02.02	V.C.e Monet.s/Soc.Control.Ligadas, líq.	7.892	-7.744
6.01.02.03	V.C.e Monet.s/Valores de Terceiros, líq.	-1.691	1.584
6.01.02.04	Juros e V.Monet.s/Imp.parc.e Atrasados, líq.	-8.402	6.974
6.01.03	Outros	4.235	12.681
6.01.03.01	Clientes	-1.502	11.869
6.01.03.02	Estoques	5.572	-2.923
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	348	-491
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	2.795	7.517
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-10.418	-482
6.01.03.06	Fornecedores	-4.841	9.515
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	370	1.672
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	12.637	-13.793
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	-7.892	7.744
6.01.03.10	Valores de Terceiros	3.382	-1.691
6.01.03.12	Outras Contas a Pagar	3.784	-6.256
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.700	-7.214
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	9.232	-8.447
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-5.374	-6.719
6.02.03	Aquisição de Controladas líq.do caixa adquirente	0	7.952
6.02.04	Investimentos em Controladas	-8.558	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.590	-5.216
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-9.590	-5.216
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.833	8.290
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.527	20.522
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.694	28.812

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-927.696	-18.392	-122.319	4.425	-117.894
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-927.696	-18.392	-122.319	4.425	-117.894
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.697	-5.633	20.064	-747	19.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.343	0	25.343	-747	24.596
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	354	-5.633	-5.279	0	-5.279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-7.811	-7.811	0	-7.811
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	354	2.178	2.532	0	2.532
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	486	-486	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	486	-486	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-901.513	-24.511	-102.255	3.678	-98.577

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-962.252	-1.077	-139.560	117	-139.443
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-962.252	-1.077	-139.560	117	-139.443
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	4.293	4.293
5.04.08	Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	4.293	4.293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.943	7.724	3.781	15	3.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.874	0	-4.874	15	-4.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	931	7.724	8.655	0	8.655
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.724	7.724	0	7.724
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	931	0	931	0	931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	711	-711	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	711	-711	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-965.484	5.936	-135.779	4.425	-131.354

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	272.288	241.079
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	259.233	239.132
7.01.02	Outras Receitas	12.716	2.510
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	339	-563
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-164.696	-143.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-109.194	-99.793
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-51.683	-40.729
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.819	-2.869
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.592	97.688
7.04	Retenções	-4.718	-5.931
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.718	-5.931
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.874	91.757
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.710	17.604
7.06.02	Receitas Financeiras	13.710	17.604
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.584	109.361
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.584	109.361
7.08.01	Pessoal	25.720	25.154
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.907	18.247
7.08.01.02	Benefícios	4.953	5.205
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.860	1.702
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.705	54.851
7.08.02.01	Federais	32.035	38.218
7.08.02.02	Estaduais	16.572	15.485
7.08.02.03	Municipais	-902	1.148
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.471	34.738
7.08.03.01	Juros	11.116	9.991
7.08.03.02	Aluguéis	1.893	1.712
7.08.03.03	Outras	5.462	23.035
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.343	-4.874
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.343	-4.874
7.08.05	Outros	-655	-508

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE

As Demonstrações Financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2011 apresentaram os seguintes destaques:

- A receita líquida neste trimestre foi 9% superior à obtida no mesmo período do exercício anterior (R\$ 195.167 versus R\$ 178.344), reflexo do alto volume vendido ao mercado neste período de 2011;
- O resultado bruto (receita líquida menos custo dos produtos vendidos) foi maior neste trimestre em R\$ 5.476 (R\$ 86.542 versus R\$ 81.066 em 2010), representando 44% sobre a receita líquida, contra 45% observados no mesmo período do exercício anterior, impactado principalmente pelo aumento de insumos;
- As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram comparadas com o mesmo período do exercício anterior (R\$ 73.844 versus R\$ 64.715 em 2010). O item que mais contribuiu para este impacto foi a antecipação dos investimentos em propaganda e pontos de venda, que aumentaram R\$ 11.170 neste Trimestre, em decorrência da estratégia de reforçar a marca e divulgar a ampliação da linha de produtos;
- As despesas financeiras líquidas apresentaram uma queda significativa, fechando este trimestre com um montante de R\$ 3.309, contra R\$ 15.475 no mesmo período do exercício anterior. O fator determinante foi a variação cambial, responsável por um ganho líquido de R\$ 7.196 (contra R\$ 6.428 negativo em 2010). As demais despesas financeiras líquidas fecharam o período com um aumento de R\$ 1.458 (R\$ 10.505 contra 9.047 em 2010);
- O resultado operacional neste trimestre foi positivo em R\$ 27.938 e o resultado líquido em R\$ 24.688, impactado pelo resultado operacional e reversão de provisões. No mesmo período do exercício anterior, estes resultados foram R\$ 308 e R\$ 5.382 (negativos) respectivamente;
- O LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) neste trimestre foi de R\$ 18.805, representando 9,6% sobre a Receita Líquida no período. No mesmo período do exercício anterior o LAJIDA foi de R\$ 22.913, representando 12,8% sobre a receita líquida. O LAJIDA foi impactado pela antecipação dos investimentos em propaganda e pontos de venda;

Comentário do Desempenho

	<u>1 T 11</u>	<u>1 T 10</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	24.688	(5.382)
Imposto de renda e contribuição social	3.250	5.074
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	655	508
Receitas/Despesas não recorrentes	(18.854)	389
Participação nos resultados	1.039	918
Resultado financeiro líquido	3.309	15.475
Depreciação e amortização	<u>4.718</u>	<u>5.931</u>
LAJIDA	<u>18.805</u>	<u>22.913</u>
Receita líquida	<u>195.167</u>	<u>178.344</u>
LAJIDA sobre a receita líquida (%)	<u>9,6%</u>	<u>12,8%</u>

Nas contas patrimoniais, comparando-se a posição ao final deste trimestre (31 de março de 2011) com aquela observada no final do trimestre imediatamente anterior (31 de dezembro de 2010), podemos destacar os seguintes pontos:

- A conta “clientes” fechou o trimestre com R\$ 103.073, acompanhando o movimento das vendas ocorridas no 1º Trimestre de 2011;
- A conta “estoques” apresentou saldo de R\$ 59.345 neste trimestre contra R\$ 64.488 no trimestre anterior;
- O ativo não circulante fechou o trimestre com saldo de R\$ 427.110, contra R\$ 424.364 no trimestre anterior;
- O passivo circulante diminuiu de R\$ 208.495 em dezembro de 2010 para R\$ 199.915 em março de 2011, tendo como fator principal a redução do saldo de empréstimos e financiamentos que apresentaram um valor de R\$ 40.703 contra R\$ 48.380 no trimestre anterior;
- O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou este trimestre em R\$ 15.674 ante R\$ 8.852 no trimestre anterior. Adicionalmente, a porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo manteve-se estável em 64%.
- O passivo não circulante diminuiu: R\$ 548.807 no final de março 2011 contra R\$ 580.255 no trimestre anterior. Esta variação se deve principalmente à redução da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis ocorrida no período (Nota Explicativa 20);
- Adicionalmente, a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 1,11 contra 1,18 no trimestre anterior;
- O patrimônio líquido da Companhia, que era negativo em R\$ 118 milhões ao término do quarto trimestre de 2010, fecha este trimestre com R\$ 99 milhões negativos, refletindo o resultado líquido positivo apurado de R\$ 25 milhões e os efeitos da aplicação do CPC 02 (Lei 11.638/07).

Notas Explicativas

BOMBRIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

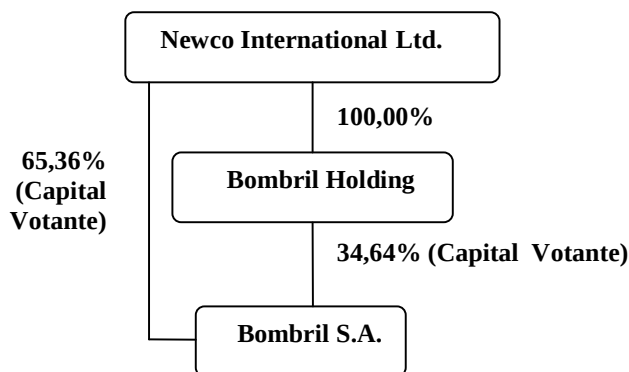
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto. Sua controladora a Newco International Limited empresa sediada na República das Bahamas e seu acionista principal é o Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira. Sua sede e principal local de negócios se situa na cidade São Bernardo do Campo.

A Bombril S.A. (“Companhia”) atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lâ de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor através de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Praticce, Tanto, Mon Bijou, Lysoform entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial, em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Cirio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A..

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Entre estas medidas, destacamos:

- (i) Permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, negociação com os principais fornecedores e o fortalecimento dos controles internos;
- (ii) Revisão qualitativa nas políticas comerciais, buscando melhor equilíbrio nas relações com os clientes e rentabilidade dos produtos;
- (iii) Equalização do perfil de endividamento financeiro da Companhia, gerando caixa para o capital de giro e buscando recursos de médio e longo prazo no mercado financeiro, preferencialmente para os investimentos necessários à sua expansão;
- (iv) Manutenção dos investimentos industriais que são de fundamental importância para a atualização e modernização do parque fabril, além de proporcionar significativas reduções de custos;
- (v) Investimentos em campanhas de marketing para preservação e crescimento da imagem e presença dos produtos no mercado, nos diversos segmentos em que atua;
- (vi) Desenvolvimento e lançamento de diversos produtos, ampliando a cesta de soluções de higiene e limpeza, como requisito para a expansão dos negócios e maior presença da Companhia no mercado;
- (vii) Projetos de redução de custos e de desenvolvimento da malha de distribuição comercial e logística, através de projeto de “Go to Market” entre outros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de Maio de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.1. Declaração de conformidade

- As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – Íterim Financial Reporting;

Notas Explicativas

- As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21 - Demonstrações Intermediárias

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Passivo a Descoberto consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Passivo a Descoberto e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Informações Intermediárias Consolidadas

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo, e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as Sociedades consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Essas demonstrações consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Notas Explicativas

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tendo como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A., 12,19% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da Empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo – SP. A Controlada, atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Em 29 de janeiro de 2010 a empresa Pronto S.A. foi incorporada pela Bombril Mercosul S.A.

Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 30 de abril de 2010, ocorreu a alteração da denominação social da Tevere Empreendimentos e Construções S.A. para Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. Esta é controlada direta da Bombril S.A. com participação em 75,66%, com sede em Araçariguama – SP, tendo como principal objetivo a construção civil, a urbanização, os melhoramentos das áreas urbana ou rural, a realização de obras de infra-estrutura e de loteamento e incorporação por conta própria e de terceiros.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,81% e participação indireta de 12,19% por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o período encerrado em 2005, foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle etc. A Administração está tomando as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

Constituída em 28 de maio de 2010, esta empresa é controlada indireta da Bombril S.A., por meio da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. com participação em 58,43%, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como principais atividades obras de urbanização – ruas, praças, calçadas, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e serviços de engenharia e arquitetura.

Notas Explicativas

Nas informações intermediárias individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

As informações intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Bombril S.A. e das controladas:

Sociedades	Participação (%)			
	31.03.11		31.12.10	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	75,66%	0%	75,66%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Pronto S.A	-	-	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,81%	12,19%	87,81%	12,19%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	0%	58,43%	0%	58,43%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações intermediárias estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas

Notas Explicativas

financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação demonstradas na nota explicativa nº. 13. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. É depreciado pela vida útil esperada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

Notas Explicativas

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuições sociais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais

Notas Explicativas

que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) *Ativos Financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; (c) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (d) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(iii) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Bombril S.A..

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Passivo a Descoberto convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e

Notas Explicativas

despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Passivo a Descoberto.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor

Notas Explicativas

que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Até as datas de encerramento dos exercícios nenhuma evidência foi identificada.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício de 2010, a Administração estabeleceu que as vidas úteis de certos itens de máquinas e equipamentos deveriam ser revistas para fins do cálculo da depreciação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>
Caixa e bancos	15.094	3.605	15.128	3.667
Aplicações financeiras -				
CDBs	25.566	45.860	25.566	45.860
Total	<u>40.660</u>	<u>49.465</u>	<u>40.694</u>	<u>49.527</u>

Em 31 de março de 2011, os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") são remunerados por taxas de 100% Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Investimento mantidos até o vencimento registrado ao valor de custo amortizado.			
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Operações compromissadas	5.551	14.324	7.679	16.911
Total	<u>5.551</u>	<u>14.324</u>	<u>7.679</u>	<u>16.911</u>

Em 31 de março de 2011, as Operações compromissadas são remuneradas por taxas que variam entre 100,50% e 110,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O vencimento dos títulos ocorrerão durante o exercício de 2011 e início de 2012.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Contas a receber de clientes	106.396	104.865	108.111	106.609
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.429)	(3.453)	(5.038)	(5.062)
Total	<u>102.967</u>	<u>101.412</u>	<u>103.073</u>	<u>101.547</u>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

Notas Explicativas

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Contas a receber	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
A vencer	90.534	87.071	90.534	87.164
Vencidos:				-
De 1 a 30 dias	7.206	8.160	7.206	8.160
De 31 a 60 dias	2.079	1.501	2.079	1.501
De 61 a 90 dias	853	949	853	949
Acima de 91 dias	5.724	7.184	7.439	8.835
	<u>106.396</u>	<u>104.865</u>	<u>108.111</u>	<u>106.609</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de março de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(5.252)	(6.861)
Adições	(2.012)	(2.012)
Baixas	1.462	1.462
Transferência da provisão para perdas de recebíveis - passivo	<u>2.349</u>	<u>2.349</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(3.453)</u>	<u>(5.062)</u>
Reversão da provisão	<u>24</u>	<u>24</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>(3.429)</u>	<u>(5.038)</u>

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Produtos acabados	14.856	22.232	14.856	22.231
Produtos em elaboração	640	741	640	741
Matérias-primas	11.866	10.947	11.866	10.947
Materiais de embalagem	11.225	11.248	11.225	11.248
Projetos imobiliários	-	-	62.035	61.802
Provisão para obsolescência	(1.092)	(1.522)	(1.092)	(1.522)
Outros	<u>1.627</u>	<u>852</u>	<u>1.627</u>	<u>852</u>
Total	<u>39.122</u>	<u>44.498</u>	<u>101.157</u>	<u>106.299</u>
Circulante	39.122	44.498	59.345	64.488
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.812</u>	<u>41.811</u>

Notas Explicativas

O projeto imobiliário compreende o empreendimento denominado Tevere Ecoville, localizado no km 46,2 da Rodovia Castelo Branco sentido capital interior e mais uma gleba de terra localizada aproximadamente no mesmo km da referida Rodovia no sentido interior capital, ambas no mesmo município de Araçariguama, Estado de São Paulo, ainda em fase de implantação. Em 26 de janeiro de 2010 a controlada Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. assinou um contrato de compromisso de venda da gleba de terra mencionada anteriormente. Em virtude deste fato, o custo contabilizado desta gleba foi reclassificado do estoque não circulante para o circulante.

A Companhia avaliou a recuperabilidade do valor contábil do terreno com base no valor de mercado menos os custos para vender e não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperação de ativos.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	(IFRS e BRGAAP)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(3.015)
Adições	(3.893)
Baixas	408
Reversão de provisão	4.978
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(1.522)
Adições	(1.378)
Reversão de provisão	1.808
Saldo em 31 de Março de 2011	(1.092)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
IRPJ e CSLL a recuperar	3.764	5.968	4.186	6.390
ICMS a recuperar	5.402	5.839	5.402	5.835
Pis e Cofins a recuperar	802	998	802	998
Outros	116	78	116	78
Total	10.084	12.883	10.506	13.301
Circulante	7.887	10.536	7.889	10.539
Não circulante	2.197	2.347	2.617	2.762

Notas Explicativas**9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a. Controladora (BR GAAP)****Passivo**

<u>Sociedades</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>01.01.09</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Vencimento</u>
Controladas					
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Bombril Overseas Inc.(a)	320.387	308.627	448.554	Vide nota 16	Vide nota 13
Em moeda local:					
Bombril Mercosul S.A. (b)	37.472	37.625	46.632	-	02/03/2012
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.(b)	439	14.676	-	-	30/09/2011
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	<u>178</u>	<u>236</u>	<u>-</u>	-	02/03/2012
Total	<u>358.476</u>	<u>361.164</u>	<u>495.186</u>		

(a) Saldo a pagar referente emissão de títulos no exterior, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

(b) Saldo proveniente de operações comerciais de alugueis de bens do ativo imobilizado e movimentações financeiras.

Notas Explicativas**b. Consolidado (IFRS e BR GAAP)****Passivo**

Sociedades	31.03.11	31.12.10	Juros e atualização	Vencimento
Em moeda local:				
Controladora				
Newco International Limited	208	208	-	janeiro a abril de 2007
Total	<u>208</u>	<u>208</u>		

c. Receitas e despesas com controladas para os exercícios findos em 31 de Março de 2011 e 2010

Sociedades	Operações comerciais		Variações cambiais			
	Arrendamento		Receitas		Despesas	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Bombril Mercosul S/A	(810)	(814)	-	-	-	-
Bombril Overseas Inc.	-	-	-	27.063	(11.760)	(13.248)
Tevere Empreendimentos e	-	-	-	-	-	-
Construções S/A	-	-	-	-	-	-
Total	<u>(810)</u>	<u>(814)</u>	<u>-</u>	<u>27.063</u>	<u>(11.760)</u>	<u>(13.248)</u>

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.500 para o exercício de 2011, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2011. O montante pago até 31 de março de 2011 foi de R\$ 1.451 (R\$ 2.245 em 2010), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

Notas Explicativas**11. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS****a. Controladora (BR GAAP)****a.1. Ativo**

<u>Sociedades</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>	<u>Vencimento</u>
Valores a receber:					
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A	30/06/2003
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.	30/06/2003
Cirio Brasil S.A. (a)	195	189	1% a.m.	-	02/03/2009
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.077	1.027	1% a.m + IGPM	-	04/03/2009
	<u> </u>	<u> </u>			
Sub-total	108.248	108.192			
Provisão para perdas	<u>(108.248)</u>	<u>(108.192)</u>			
Total	<u>-</u>	<u>-</u>			

a.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>	<u>Vencimento</u>
Em moeda estrangeira:					
Euro					
Società Sportiva Lazio (a)	19.756	18.872	Euribor Trim.+ 3,2% a.a.	-	-
Em moeda local:					
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	214	209	100% do CDI	-	Indeterminado
	<u> </u>	<u> </u>			
Total	<u>19.970</u>	<u>19.081</u>			

(a) Referem-se a saldos com as empresas pertencentes a Companhia do antigo acionista controlador.

Notas Explicativas**b. Consolidado (IFRS e BR GAAP)****b.1. Ativo**

Sociedades	31.03.11	31.12.10	Juros e atualização	Garantia	Vencimento
<u>Valores a receber:</u>					
Em moeda estrangeira:					
Dólar norte-americano:					
C&P Cap.Invest.N.V.(1)	241.648	247.212	10% a.a.	-	31/03/2005
C & P Overseas Ltd (1)	512.867	524.676	10,25% a.a.	-	30/06/2008
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(1)	94.154	94.154	100% do CDI	-	30/06/2003
C & P Overseas Ltd. (1)	183.142	183.142	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	31/12/2003
Cirio Brasil S.A.(1)	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.	30/06/2003
Cirio Brasil S.A. (1)	195	189	1% a.m.	-	02/03/2009
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.077	1.027	1% a.m + IGPM	-	04/03/2009
Sub-total	1.045.905	1.063.222			
Provisão para perdas (c)	(1.045.905)	(1.063.222)			
Total	-	-			

À exceção da variação cambial, a maior parte dos itens do quadro acima deixaram de ser atualizados desde junho de 2003, em virtude da falência do grupo Círio.

b.2. Passivo

Sociedades	31.03.11	31.12.10	Juros e atualização	Garantia	Vencimento
Em moeda estrangeira:					
Euro:					
Societá Sportiva Lázio (1)	19.756	18.872	trim.+ 3,2% a.a.	-	-
Em moeda local:					
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(1)	31.567	30.765	100% do CDI	Bombril Holding S.A.	30/06/2003
Agropecuária Cirio Ltda. (1)	214	209	100% do CDI	-	Indeterminado
Total	51.537	49.846			

(1) Referem-se a saldos com as Companhias pertencentes à Companhia do antigo acionista controlador.

c. Provisão para perdas de valores a receber com terceiros

Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua Controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração da Bombril S.A. decidiu constituir provisão, em 30 de junho de 2003, para fazer face a eventuais perdas com a

Notas Explicativas

realização de direitos de crédito que a Companhia possui contra a Sociedade declarada insolvente.

Dessa forma, foram constituídas provisões para perdas de recebíveis de terceiros que não apresentam evidências de condições para liquidação de seus débitos, tais como Cragnotti & Partners Capital Investment N.V., C & P Overseas Ltd., Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A. e Cirio Brasil S.A..

A Administração da Companhia busca todos os meios jurídicos para recuperar os créditos contra terceiros mencionados na tabela b.1 desta nota.

Foram registradas provisões para perdas sobre os créditos com terceiros demonstrados a seguir:

Empresas	31.03.11		31.12.10	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	696.009	-	707.818
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	94.154	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	241.648	-	247.212
Cirio Brasil S.A.	13.017	-	13.011	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.077	-	1.027	-
Total	<u>108.248</u>	<u>937.657</u>	<u>108.192</u>	<u>955.030</u>

d. Confirmação de saldos com terceiros

A Administração da Companhia não encontrou elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as seguintes partes relacionadas do antigo acionista controlador: Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A., C & P Overseas Ltd. e C & P Cap. Invest. N.V. Tais limitações devem-se ao fato de que a grande parte dos créditos e débitos com essas partes refere-se à controlada indireta Bombril Overseas Inc., cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder de autoridades italianas, estando, portanto, indisponíveis.

Notas Explicativas**12. INVESTIMENTOS**

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da companhia no encerramento do exercício:

Sociedades		Participação (%)			
		31.03.11		31.12.10	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.		100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	(f)	75,66%	0%	75,66%	0%
Bombril Mercosul S.A.		0%	100%	0%	100%
Pronto S.A	(d)	-	-	-	-
Bombril Overseas Inc.		87,81%	12,19%	87,81%	12,19%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	(g)	0%	58,43%	0%	58,43%

a. Valores dos Investimentos

	Controladora	
	31.03.11	31.12.10
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	222.476	218.716
Bombril Overseas Inc	283.920	273.574
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	-	2.187
Outros investimentos	-	1
Total	<u>514.331</u>	<u>502.413</u>

Notas Explicativas**b. Movimentação do investimento na controladora (BR GAAP)**

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc (e)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Outros Investimentos	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	218.716	273.574	2.187	7.935	1	502.413
Equivalência patrimonial	2.475	17.204	(1.904)	-	-	17.775
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	(954)	(6.858)	-	-	-	(7.812)
Custo Atribuído	2.239,00	-	-	-	-	2.239
Transferência para provisão para passivo a descoberto	-	-	(283)	-	(1)	(284)
Saldo em 31 de março de 2010	222.476	283.920	-	7.935	-	514.331

c. Incorporação da empresa Pronto S.A.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2010 foi aprovada pela Bombril Mercosul S.A. a Incorporação da controlada Pronto S.A. sem gerar alteração do capital social ou emissão de novas ações da Companhia.

d. Aumento de capital na Bombril Overseas Inc.

Em 27 de janeiro de 2010, a Bombril S.A. aumentou o capital na Bombril Overseas Inc., no montante de R\$ 56 mil.

Em 21 de setembro de 2010, a Bombril S.A. aumentou o capital na Bombril Overseas Inc., no montante de R\$ 138 mil.

Em 27 de outubro de 2010, a Bombril S.A. aumentou o capital na Bombril Overseas Inc., no montante de R\$ 354 mil.

e. Alteração de denominação social da empresa Tevere Empreendimentos e Construções S.A.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010 é alterada a denominação social da controlada Tevere Empreendimentos e Construções S.A. para Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

f. Integralização de capital na Succespar Ecoville engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

Em 28 de maio de 2010 a controlada Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Notas Explicativas

assinou um acordo de quotista e integralizou o capital social na empresa Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. com terrenos no montante de R\$ 12.480.

Informações relativas às controladas diretas e indiretas

	31.03.11							31.12.10		
	Ativo	Passivo	Capital social	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	226.557	4.074	160.329	100%	222.476	2.475	2.475	218.716	(16.525)	(16.524)
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	61.312	63.090	93.819	75,66%	(1.778)	(2.516)	(1.904)	738	256	194
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	15.797	28	16.160	-	15.769	(185)	-	15.955	(205)	-
Bombril Mercosul S.A.	248.058	61.123	101.375	-	186.935	89	-	184.608	(12.966)	-
Bombril Overseas Inc.	324.416	1.086	1.151.342	1	323.330	19.596	17.204	311.545	(28.545)	(25.060)
	<u>876.140</u>	<u>129.401</u>	<u>1.523.025</u>	<u>-</u>	<u>746.732</u>	<u>19.459</u>	<u>17.775</u>	<u>731.562</u>	<u>(57.985)</u>	<u>(41.390)</u>

13. IMOBILIZADO**a. Composição do imobilizado**

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	depreciação (%)	31.03.11 Líquido	31.12.10 Líquido	depreciação (%)	31.03.11 Líquido	31.12.10 Líquido
Terrenos		-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	170	165	2 a 14	72.354	72.831
Instalações	3 a 50	6.803	6.940	3 a 50	7.603	7.935
Máquinas e equipamentos	3 a 50	39.485	40.410	3 a 50	82.087	84.596
Móveis e utensílios	10 a 50	1.129	1.171	10 a 50	1.427	1.496
Veículos	17 a 25	998	839	17 a 25	1.009	1.074
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	692	729	20 a 50	692	713
Imobilizações em andamento	-	31.561	26.730	-	31.561	26.730
Importações em andamento	-	3.228	3.195	-	3.228	3.195
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	16.012	16.804	4 a 8	16.012	16.535
Outros bens	25	2	2	25	132	130
Total		<u>100.080</u>	<u>96.985</u>		<u>310.297</u>	<u>309.427</u>

Nos exercícios de 2005 e 2006 a Controlada Bombril Mercosul S.A., reavaliou bens do ativo imobilizado gerando um incremento de R\$ 89.503. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de março de 2011 é de R\$ 63.530 (R\$ 64.266 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2010). As taxas de depreciação reavaliadas foram determinadas com base na estimativa da vida útil dos bens de acordo com o laudo técnico de avaliação, emitidos por peritos independentes.

b. Movimentação Controladora (BR GAAP)

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.09	248	10.686	53.351	1.970	1.597	2.820	5.650	50	17.391	35	93.798
adições	-	300	5.681	44	420	85	6.004	23.281	457	-	36.272
Baixas	-	(38)	(253)	(28)	(874)	(7)	(740)	-	-	-	(1.940)
Transferências	-	260	3.525	144	-	18	15.816	(20.136)	373	-	-
Saldo em 31.12.10	248	11.208	62.304	2.130	1.143	2.916	26.730	3.195	18.221	35	128.130
adições	-	-	-	5	162	-	5.174	33	-	-	5.374
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	20	306	-	-	17	(343)	-	-	-	-
Saldo em 31.03.11	248	11.228	62.610	2.135	1.305	2.933	31.561	3.228	18.221	35	133.504

Depreciação acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.09	(74)	(3.189)	(17.521)	(810)	(500)	(1.824)	-	-	(701)	(35)	(24.654)
adições	(9)	(1.079)	(4.519)	(169)	(316)	(369)	-	-	(716)	-	(7.177)
Baixas	-	-	148	20	512	6	-	-	-	-	686
Saldo em 31.12.10	(83)	(4.268)	(21.892)	(959)	(304)	(2.187)	-	-	(1.417)	(35)	(31.145)
adições	5	(157)	(1.233)	(47)	(3)	(54)	-	-	(792)	2	(2.279)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.11	(78)	(4.425)	(23.125)	(1.006)	(307)	(2.241)	-	-	(2.209)	(33)	(33.424)

Notas Explicativas**c. Movimentação do Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.09	94.192	87.560	16.998	158.704	6.849	2.196	6.085	5.650	50	17.391	179	395.854
adições	-	-	300	5.681	44	420	85	6.004	23.281	457	-	36.272
Baixas	-	-	(37)	(1.281)	(97)	(1.081)	(29)	(740)	-	-	-	(3.265)
Transferências	-	-	260	3.525	144	-	18	15.816	(20.136)	373	-	-
Saldo em 31.12.10	94.192	87.560	17.521	166.629	6.940	1.535	6.159	26.730	3.195	18.221	179	428.861
adições	-	-	-	-	5	162	-	5.174	33	-	-	5.374
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	20	306	-	-	17	(343)	-	-	-	-
Saldo em 31.03.11	94.192	87.560	17.541	166.935	6.945	1.697	6.176	31.561	3.228	18.221	179	434.235

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 01.01.09	-	(12.766)	(8.291)	(65.244)	(5.305)	(989)	(5.042)	-	-	(701)	(46)	(98.384)
adições	-	(1.963)	(1.295)	(17.480)	(225)	(113)	(431)	-	-	(985)	(2)	(22.494)
Baixas	-	-	-	690	86	641	24	-	-	-	15	1.456
Saldo em 31.12.09	-	(14.729)	(9.586)	(82.034)	(5.444)	(461)	(5.449)	-	-	(1.686)	(33)	(119.422)
adições	-	(477)	(352)	(2.814)	(74)	(227)	(35)	-	-	(523)	(14)	(4.516)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.10	-	(15.206)	(9.938)	(84.848)	(5.518)	(688)	(5.484)	-	-	(2.209)	(47)	(123.938)

Obras e instalações em andamento

Em 31 de março de 2011, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e envase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Notas Explicativas**Adoção do custo atribuído (*Custo atribuído*)**

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$5.074 ao custo de R\$55.954 registrado no ativo imobilizado no balanço da controladora e um aditivo de R\$117.147 ao custo de R\$193.877 registrado no balanço consolidado. A contrapartida do saldo é registrada no Passivo a Descoberto, na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos diferidos incidentes.

14. INTANGÍVEL**a. Composição do intangível**

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>
	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Software	2.541	2.738	2.550	2.752
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	-	-	7.935	7.935
Total	<u>2.541</u>	<u>2.738</u>	<u>10.485</u>	<u>10.687</u>

b. Movimentação –Controladora (BR GAAP)

<u>Custo</u>	<u>Software</u>
Saldo em 31.12.09	5.327
adições	609
Saldo em 31.12.10	<u>5.936</u>
adições	-
Saldo em 31.03.11	<u>5.936</u>
<u>Amortização</u>	<u>Software</u>
Saldo em 31.12.09	(2.349)
amortização	(849)
Saldo em 31.12.10	<u>(3.198)</u>
adições	(197)
Saldo em 31.03.11	<u>(3.395)</u>

Notas Explicativas**c. Movimentação –Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

<u>Custo</u>	<u>Software</u>	<u>Ágio - Milana</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.09	19.022	8.452	27.474
adições	612	-	612
Baixas	(10)	-	(10)
Saldo em 31.12.10	19.624	8.452	28.076
adições	-	-	-
Saldo em 31.03.11	19.624	8.452	28.076

<u>Amortização</u>	<u>Software</u>	<u>Ágio - Milana</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.09	(16.030)	(517)	(16.547)
amortização	(842)	-	(842)
Saldo em 31.12.10	(16.872)	(517)	(17.389)
amortização	(202)	-	(202)
Saldo em 31.03.11	(17.074)	(517)	(17.591)

A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

Ágio na aquisição das empresas Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. e Milana Trade Administração e Comércio Ltda.

Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Passivo a Descoberto das controladas, apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominada químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em

Notas Explicativas

orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 11,25% ao ano (12,41% ao ano em 2009).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
<u>Em moeda estrangeira:</u>					
Euro					
“Guaranteed Note Program” (*)	9,25	1.885	2.633	1.885	2.633
Dólar norte-americano					
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	5,24	6.406	6.370	6.406	6.370
<u>Em moeda local:</u>					
Arrendamento Mercantil	15,92	1.547	1.780	1.547	1.780
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	10,02	20.297	19.541	23.360	23.232
Capital de giro	14,68	21.435	19.778	30.849	41.275
Total		51.570	50.102	64.047	75.290
Circulante		29.444	24.682	40.703	48.380
Não circulante		22.126	25.420	23.344	26.910

(*) Eurobonds em poder de terceiros

b. Guaranteed Note Program

Conforme ata da reunião da diretoria de 5 de fevereiro de 1999, foi aprovado, por unanimidade, um programa de emissão de notas no exterior, denominado "Euro 200.000 guaranteed note program", de prazo indeterminado, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.p.A. e como *arranger* e *lead manager* o Bozano Simonsen Limited.

Com um total garantido e autorizado de € 200 milhões, foram emitidas duas tranches de notes. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no

Notas Explicativas

valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertencem à controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento. Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao custodiante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo tais títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Círio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Círio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Círio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Círio e a controladora Newco International Ltd. A Administração da Companhia estudará alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 31 de dezembro de 2010, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada possível. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*put option*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 (€ 40 milhões), em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam € 37.5 milhões, sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de € 2.5 milhões.

Notas Explicativas

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 (€ 60 milhões), em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam € 54.7 milhões, sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de € 5.3 milhões.

Até 31 de março de 2011 do total das séries 1 e 2 em poder do mercado, foram pagos aproximadamente € 6.80 milhões de principal (€ 6.50 milhões em 31 de dezembro 2010) e € 2.09 milhões de juros (€ 2.08 milhões em 31 de dezembro 2010), restando ainda € 0,66 milhões de principal (€ 0.98 milhões em 31 de dezembro 2010) e € 0,15 milhões de juros a serem pagos (€ 0,20 milhões em 31 de dezembro 2010).

c. Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

d. Empréstimos de longo prazo

O montante de longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
2.012	8.035	12.269	8.727	13.233
2.013	5.026	4.811	5.552	5.337
após 2.013	9.065	8.340	9.065	8.340
Total	<u>22.126</u>	<u>25.420</u>	<u>23.344</u>	<u>26.910</u>

Notas Explicativas**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS****a. Controladora (BR GAAP)**

	Circulante		Não circulante	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
PAES - Programa de Parcelamento Especial I(b)	2.262	2.240	8.036	8.521
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	1.890	1.849	10.954	11.177
Parcelamentos - Outros	419	407	3.386	3.394
Parcelamento - Refis IV (a)	38.312	37.429	299.333	300.910
IPI - Medida Provisória nº 470 (a)	-	-	40.547	40.547
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contrib.social (a)	-	-	(96.000)	(96.000)
Impostos e encargos a recolher	13.802	12.344	-	-
Total	<u>56.685</u>	<u>54.269</u>	<u>266.256</u>	<u>268.549</u>

b. Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Circulante		Não circulante	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.262	2.240	8.036	8.521
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	1.890	1.849	10.954	11.177
Parcelamentos - Outros	419	407	3.386	3.394
Parcelamento - Refis IV (a)	38.640	37.750	300.728	302.362
IPI - Medida Provisória nº 470 (a)	-	-	40.547	40.547
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contrib.social (a)	-	-	(97.081)	(97.081)
Impostos e encargos a recolher	25.667	24.982	-	-
Total	<u>68.878</u>	<u>67.228</u>	<u>266.570</u>	<u>268.920</u>

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses conforme Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 “REFIS IV”.

A migração do PAEX e do parcelamento de 60 meses para o “REFIS IV” representou uma redução do saldo da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 41 milhões, alongamento dos referidos débitos, redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Notas Explicativas

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 10.978, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de adesão ao pagamento nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009. O referido programa prevê a liquidação de débitos referentes aos créditos reconhecidos pela Companhia de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A medida provisória prevê redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 47.558. Adicionalmente, a Companhia pretende liquidar o débito remanescente de R\$ 40.547, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, este valor encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para demandas judiciais.

Como consequência da adesão da Companhia ao “REFIS IV” da Secretaria da Receita Federal e a medida provisória nº. 470, o saldo do parcelamento consolidado em 31 de março de 2011, que está sendo pago desde novembro de 2009 é de R\$ 282.192 (R\$ 282.578 em 31 de dezembro de 2010), líquido da compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941 e MP nº. 470, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

O Parcelamento Especial “REFIS IV” será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Os valores da dívida que foram declarados à SRF em outubro e novembro de 2009 e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
PAEX	379.243	381.912
Juros	6.901	6.901
Processos administrativos e judiciais	10.978	11.040
IPI - Medida Provisória nº 470	88.106	88.106
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(94.156)	(94.873)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(96.000)	(97.081)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.518)	(5.543)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	289.554	290.462
Juros no exercício findo em 31.12.10	26.446	26.521
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.12.10	(33.114)	(33.405)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	282.886	283.578
Juros no exercício findo em 31.03.11	7.584	7.608
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.03.11	(8.278)	(8.351)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.03.11	282.192	282.835

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 31 de março de 2011 é de R\$10.298 (R\$ 10.761 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia vem efetuando os pagamentos com base no maior valor entre 1/180 do total do débito ou 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa de juros de longo prazo – TJLP. Os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003. A parcela desses débitos pagas até 31 de março de 2011 totalizam R\$14.771 (R\$ 14.208 em 31 de dezembro de 2010).

Não obstante os valores referentes ao PAES e do Pedido de Parcelamento Especial “REFIS IV” não terem sido homologados até a data da aprovação destas demonstrações contábeis anuais, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo os prazos de liquidação estabelecidos no programa, na expectativa de uma adequada conciliação e resolução para esse assunto.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

Como consequência da adesão ao PPI do Governo do Estado de São Paulo, o saldo do parcelamento em 31 de março de 2011, que esta sendo pago em 120 meses desde outubro de 2007, é de R\$ 12.844 (R\$ 13.026 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 31 de março de 2011, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesas de IRPJ/CSLL corrente	375	1.864	729	1.882
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
Receitas (despesas) de impostos diferidos no exercício	2.925	3.558	2.521	3.192
Compensação de prejuízo fiscal referente ao programa de recuperação fiscal (REFIS IV)	-	-	-	-
Total da despesa de imposto	3.300	5.422	3.250	5.074

Notas Explicativas**b)Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	Controladora (BR GAAP)		consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	28.643	548	27.938	(308)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34% (2009: 34%)	9.739	186	9.499	(105)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	225	(81)	235	697
Equivalência patrimonial	(6.044)	8.999	-	-
Outros	(620)	(166)	(714)	(121)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) débitos não foram registrados anteriormente	-	(1.176)	-	(1.176)
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	(5.767)	8.129
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	(2.340)	(3)	(2.350)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	3.300	5.422	3.250	5.074

Notas Explicativas

- c) Composição da movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais.

Controladora (BRGAAP)

Ativo diferido	01.01.2010	Reconhecido no resultado	Reclassificaç ão	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.03.2011
Prejuízo fiscal e base negativa	-	6.921	15.985	22.906	53	22.959
Provisão para crédito de liquidação duvidos	-	270	-	270	(115)	155
contingências tributárias	-	10.269	-	10.269	(2.770)	7.499
contingências cíveis	-	4.782	-	4.782	(3.947)	835
contingências trabalhistas	-	1.444	-	1.444	16	1.460
Participação no lucros	-	246	-	246	104	350
Outras contas a pagar	-	1.246	-	1.246	(161)	1.085
Provisão para perdas de créditos	-	1.559	-	1.559	-	1.559
Provisão para perda nos estoques	-	518	-	518	(146)	372
Outros:	-	3.262	-	3.262	(87)	3.175
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	-	30.517	15.985	46.502	(7.063)	39.449
Passivo diferido						
Variação cambial não realizada	(53.289)	(13.898)	-	(67.187)	4.243	(62.944)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social limitado a 30% sobre avariação	15.985	-	(15.985)	-	-	-
Deemed cost	(1.723)	-	-	(1.723)	317	(1.406)
Amortização do ágio	-	(578)	-	(578)	(140)	(718)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(39.027)	(14.476)	(15.985)	(69.488)	4.420	(65.068)

Consolidado (IFRS e BRGAAP)

Ativo diferido	01.01.2010	Reconhecido no resultado	Reclassificaç ão	31.12.2010	Reconhecido no resultado	31.03.2011
Prejuízo fiscal e base negativa	-	6.921	15.985	22.906	53	22.959
Provisão para crédito de liquidação duvidos	-	270	-	270	(115)	155
contingências tributárias	-	10.269	-	10.269	(2.770)	7.499
contingências cíveis	-	4.782	-	4.782	(3.947)	835
contingências trabalhistas	-	1.444	-	1.444	16	1.460
Participação no lucros	-	246	-	246	104	350
Outras contas a pagar	-	1.246	-	1.246	(161)	1.085
Provisão para perdas de créditos	-	1.559	-	1.559	-	1.559
Provisão para perda nos estoques	-	518	-	518	(146)	372
Outros:	-	3.262	-	3.262	(87)	3.175
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	-	30.517	15.985	46.502	(7.063)	39.449
Passivo diferido						
Variação cambial não realizada	(53.289)	(13.898)	-	(67.187)	4.243	(62.944)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social limitado a 30% sobre avariação Cambial	15.985	-	(15.985)	-	-	-
Reavaliação (Mercosul)	(22.485)	636	-	(21.849)	249	(21.600)
Deemed cost	(41.320)	-	-	(41.320)	2.713	(38.607)
Amortização do ágio	-	(575)	-	(575)	(143)	(718)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(101.109)	(13.837)	(15.985)	(130.931)	7.062	(123.869)

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT) instruído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles aderidos no exercício de

Notas Explicativas

2008 (CPC 01 a CPC 15) e os novos pronunciamentos a partir de 01 de janeiro de 2009.

- d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Em 31 de março de 2011, o saldo de prejuízos fiscais da controladora é de R\$ 64.896 (R\$ 77.130 consolidado) e base negativa de contribuição social da controladora é de R\$ 74.830 (R\$ 88.056 consolidado), os quais não possuem prazo prescricional para utilização e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia reconheceu créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido no limite de 30% do montante das variações cambiais ativas, as quais são tributadas pelo regime de caixa.

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos contabilmente com base no histórico de lucro tributável nos últimos anos e na expectativa de realização provável destes tributos, a ser concretizada quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

A Companhia efetuou a revisão da sua base histórica de lucro tributável ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa da expectativa de realização do crédito sobre prejuízo fiscal acumulado e do ativo diferido não reconhecido. Essa mudança de estimativa teve seu efeito reconhecido de forma prospectiva, conforme CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a partir de 31 de dezembro de 2010 (vide item c). Os efeitos de mudança de expectativa foram o aumento no ativo diferido e aumento do resultado no montante de R\$39.449. Contudo, não foi reconhecido um ativo fiscal diferido em relação a prejuízos acumulados da empresa controlada Bombril Mercosul uma vez que não pode ser utilizado para compensar lucros tributáveis das demais empresas que tenham lucro tributável.

- e) Imposto de renda e contribuição sociais diferidos passivos

Em 31 de março de 2011, a Companhia possui um total de R\$123.869 constituído sobre saldo de reserva de reavaliação da controlada Bombril Mercosul, variação cambial ativa, amortização de ágio e adoção ao custo atribuído (vide Item c).

Os valores do imposto de renda e contribuição social diferido passivo da controladora estão computados com base nas variações cambiais sobre os empréstimos e financiamentos no exterior e a tributação é calculada pelo regime de caixa, conforme previsto no artigo 30 da MP nº. 2.158-35/2001.

- f) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentários aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.03.11</u>
	(IFRS e BR GAAP)
2011	6.129
2012	8.187
2013	10.489
2014 a 2015	<u>14.644</u>
	<u>39.449</u>

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas**18. PROVISÕES DIVERSAS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Propaganda e Promoção de Vendas	234	185	234	185
Folha de pagamento	2.218	3.752	2.218	3.752
Perdas em investimentos em Sociedades Controladas (a)	1.345	1.629	-	-
Honorários advocatícios	13.067	13.067	13.067	13.469
Outras	3.189	3.561	3.582	3.561
Total	20.053	22.194	19.101	20.967
Circulante	5.641	7.497	6.034	7.900
Não Circulante	14.412	14.697	13.067	13.067

(a) Refere-se a provisão do passivo a descoberto da Controlada Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Despesas Comerciais	11.107	7.871	11.108	7.871
Energia Elétrica	1.011	1.079	1.011	1.079
Outras	365	258	1.078	462
Total	12.483	9.208	13.197	9.412

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Em 31 de março de 2011, está provisionado o montante de R\$61.871 (controladora) e R\$70.212 (consolidado), o qual, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de março de 2011, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Trabalhistas	4.293	4.246	4.758	4.696
Cíveis	47.396	58.083	48.956	59.399
Fiscais	10.182	18.329	16.498	26.277
Total	61.871	80.658	70.212	90.372

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.10	4.246	58.083	18.329	80.658	4.696	59.399	26.277	90.372
Constituição de provisão	47	922	5.718	6.687	62	1.166	5.718	6.946
Baixas	-	(11.609)	(13.865)	(25.474)	-	(11.609)	(15.497)	(27.106)
Saldo em 31.03.11	4.293	47.396	10.182	61.871	4.758	48.956	16.498	70.212

A reversão de provisões no período é decorrente da revisão de valores considerados como perda provável, realizada pelos administradores e assessores jurídicos da Companhia

Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2011, a Companhia estava exposta a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$4.758 (R\$4.696 em 31 de dezembro de 2010) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de março de 2011, a Companhia estava exposta a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$48.956 (R\$ 59.399 em 31 de dezembro de 2010) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008, foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida de Finsec S.A., empresa que pertencia a Companhia do Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de

Notas Explicativas

R\$187.294, sendo R\$142.357 possível e R\$44.939 provável. O montante de R\$44.939 considerado como provável em 31 de março de 2011 (R\$ 44.018 em 31 de dezembro de 2010) encontra-se devidamente provisionado nas demonstrações contábeis da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$16.498 (R\$26.277 em 31 de dezembro de 2010) é considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.750.841 em 31 de março de 2011 (R\$1.244.377 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Trabalhistas	8.075	8.075	8.075	8.075
Cíveis	181.539	173.168	193.200	184.829
Fiscais	3.547.833	1.049.751	3.549.566	1.051.473
Total	<u>3.737.447</u>	<u>1.230.994</u>	<u>3.750.841</u>	<u>1.244.377</u>

Notas Explicativas

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.070.835 (atualizados em 31 de março de 2011), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor, iniciando a defesa judicial da matéria. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e, em 11 de abril de 2011, a Companhia ajuizou a ação anulatória nº 0002553-06.2011.4.03.6114, distribuída à 2ª Vara Federal de São Bernardo do Campo. Aguarda-se, atualmente, a apreciação do pedido liminar. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Bombril S/A e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ambos pendentes de apreciação.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

Notas Explicativas

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

A Companhia em 22 de abril de 2003 entrou com mandado de segurança com pedido de liminar, instrumento que discute judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº. 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. Lucros formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002, tendo sido recentemente proferida sentença favorável nesta ação. O montante estimado, atualizado em 31 de março de 2011, é de R\$452.150 (R\$ 446.506 em 31 de dezembro de 2010) sendo; R\$164.899 considerado como probabilidade de perda possível (R\$ 162.841 em 31 de dezembro de 2010) e R\$287.251 como probabilidade de perda remota (R\$ 283.665 em 31 de dezembro de 2010), com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

A companhia possui depósitos judiciais de R\$ 22.007 mil em 31 de março de 2011 consolidado (R\$ 13.175 em 31 de dezembro de 2010) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As contingências para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a. Capital autorizado

O capital autorizado é dividido em 60.000.000 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de março de 2011, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

b. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* - SEC, dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Banco Central do Brasil. Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril

Notas Explicativas

S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Itaú S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 31.889 ações preferenciais, em 31 de março de 2011, equivalentes a 31.889 ADR's, representando 0,06% do capital total.

c. Reserva de reavaliação

Em 31 de março de 2011 a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$42.549 (R\$ 43.084 em 31 dezembro de 2010).

22. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 aos montantes utilizados no cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>Ordinária</u>	<u>31/03/2011</u>		<u>Ordinária</u>	<u>31/03/2010</u>	
	<u>(ON)</u>	<u>Preferencial</u>	<u>Total</u>	<u>(ON)</u>	<u>Preferencial</u>	<u>Total</u>
		<u>(PN)</u>			<u>(PN)</u>	
Numerador						
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	9.375	15.968	25.343	-1.803	-3.071	-4.874
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro por ação (R\$) – Básico	0,47	0,47		-0,09	-0,09	
Lucro por ação (R\$) – Diluído	0,47	0,47		-0,09	-0,09	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia não possui outros instrumentos com potencial efeito diluidor. Por esse motivo, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia não detêm outros instrumentos que não foram considerados no cálculo do lucro por ação diluído por terem seus efeitos anti-diluidores.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
	R\$	R\$	R\$	R\$
Insumos	(68.015)	(64.551)	(68.015)	(64.551)
Despesas com pessoal	(33.695)	(31.615)	(33.746)	(31.679)
Energia elétrica	(2.447)	(1.974)	(2.451)	(1.976)
Manutenção	(3.170)	(2.769)	(3.324)	(2.770)
Depreciação e amortização	(3.167)	(2.101)	(4.770)	(5.932)
Despesas com promoção de vendas	(18.050)	(13.868)	(18.050)	(13.868)
Despesas com propaganda e marketing	(11.084)	(4.096)	(11.084)	(4.096)
Despesas de aluguéis	(2.705)	(2.525)	(1.894)	(1.711)
Despesas com fretes	(19.029)	(19.551)	(19.031)	(19.557)
Outras despesas	(19.251)	(14.926)	(20.228)	(15.853)
	<u>(180.613)</u>	<u>(157.976)</u>	<u>(182.593)</u>	<u>(161.993)</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado e categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Notas Explicativas

	31.03.11			31.03.10		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Consolidado
Receita líquida de vendas	195.167	-	195.167	178.339	5	178.344
Custo dos produtos vendidos	(108.625)	-	(108.625)	(97.277)	(1)	(97.278)
Lucro bruto	86.542	-	86.542	81.062	4	81.066
Despesas com vendas	(60.914)	-	(60.914)	(51.630)	-	(51.630)
Despesas Administrativas	(12.109)	(821)	(12.930)	(12.229)	(856)	(13.085)
Outras despesas (receitas) líq.	18.548	1	18.549	(1.154)	(30)	(1.184)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	32.067	(820)	31.247	16.049	(882)	15.167
Receitas financeiras	1.250	19	1.269	1.189	-	1.189
Despesas financeiras	(10.522)	(1.252)	(11.774)	(9.035)	(1.201)	(10.236)
Variação cambial, líquida	7.196	-	7.196	(6.428)	-	(6.428)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	29.991	(2.053)	27.938	1.775	(2.083)	(308)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(724)	(5)	(729)	(1.879)	(3)	(1.882)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.521)	-	(2.521)	(3.192)	-	(3.192)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	26.746	(2.058)	24.688	(3.296)	(2.086)	(5.382)

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	31.03.11			31.12.10		
	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total	Higiene e limpeza	Atividades Imobiliárias	Total
Ativos totais	579.884	77.109	656.993	579.177	91.679	670.856
Passivos totais	594.201	62.792	656.993	592.986	77.870	670.856
Depreciação e amortização	4.716	2	4.718	23.328	8	23.336
Aquisição do imobilizado	5.374	-	5.374	36.272	-	36.272

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Juros sobre empréstimos	(1.192)	(1.179)	(1.659)	(1.825)
Juros sobre operações de terceiros	(247)	(167)	(1.049)	(761)
Juros sobre impostos parcelados	(8.794)	(6.909)	(8.840)	(6.974)
Encargos bancários	(197)	(335)	(227)	(415)
Receitas financeiras	1.245	1.185	1.269	1.190
Variação cambial líquida	(12.400)	15.048	7.197	(6.690)
Total	(21.585)	7.643	(3.309)	(15.475)

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Notas Explicativas

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Dívida	51.570	50.101	64.046	75.289
Caixa e equivalentes de caixa	(40.660)	(49.465)	(40.694)	(49.527)
Dívida líquida	10.910	636	23.352	25.762

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de março de 2011	%						
Passivos de arrendamento financeiro	16,76	83	250	651	563	-	1.547
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,92	1.707	5.121	12.488	12.815	-	32.131
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,71	967	2.902	5.276	8.747	-	17.892
		2.757	8.273	18.415	22.125	-	51.570
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	1.067	5.368	16.569	16.191	-	39.195
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.183	9.126
		1.188	5.666	17.836	24.228	1.183	50.101

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de março de 2011	%						
Passivos de arrendamento financeiro	16,76	83	250	651	563	-	1.547
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,92	2.932	8.797	18.845	14.033	-	44.607
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,71	967	2.902	5.276	8.747	-	17.892
		3.982	11.949	24.772	23.343	-	64.046
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	22.748	5.735	18.219	17.682	-	64.384
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.182	9.125
		22.869	6.033	19.486	25.719	1.182	75.289

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui depósitos a vista e caixa) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora (IFRS e BR GAAP)							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de março 2011	%						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	100,84	25.566	117	4.781	652	-	31.116
		25.566	117	4.781	652	-	31.116
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	90,31	45.860	-	11.255	3.069	-	60.184
		45.860	-	11.255	3.069	-	60.184

Notas Explicativas

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de março 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	100,84	25.566	117	4.781	2.781	-	33.245
		25.566	117	4.781	2.781	-	33.245
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	90,31	45.860	-	11.255	5.656	-	62.771
		45.860	-	11.255	5.656	-	62.771

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa n.º 3 destas demonstrações financeiras.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos	15.094	3.605	15.128	3.667
Valor justo por meio do resultado-			-	
Mantidos para negociação	25.566	45.860	25.566	45.860
Investimentos mantidos até o vencimento	5.551	14.324	7.679	16.911
Empréstimos e recebíveis	106.396	104.865	108.111	106.609
Passivos financeiros				
Custo amortizado	110.218	113.684	123.085	139.168

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 31 de março de 2011, os principais saldos atrelados a moeda estrangeira são relacionados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Eurobonds	320.387	308.627	1.885	2.633
	<u>320.387</u>	<u>308.627</u>	<u>1.885</u>	<u>2.633</u>
Valores a pagar de terceiros	19.756	18.872	19.756	18.872
	<u>19.756</u>	<u>18.872</u>	<u>19.756</u>	<u>18.872</u>
Fornecedores	567	239	567	239
ACC	6.406	6.370	6.406	6.370
	<u>6.973</u>	<u>6.609</u>	<u>6.973</u>	<u>6.609</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data das Demonstrações Financeiras. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de março de 2011 seria uma despesa ou receita financeira de R\$34.900 na controladora, quando e caso ocorre a valorização ou desvalorização da moeda (R\$2.861 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro do período em 31 de março 2011 diminuiria/aumentaria em R\$1.191 (redução/aumento de R\$15.835 em dezembro 2010). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM no 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM no 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada ;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Passivos em Euro	Valorização do Euro	471	942
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	4.939	9.878
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	1.743	3.487
Exposição líquida		7.153	14.307

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	1.906	3.811
Exposição líquida		1.906	3.811

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou

Notas Explicativas

passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31/3/11						
Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Preços cotados em mercados ativos para			Preços cotados em mercados ativos para		
	ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-						
Mantidos para negociação	-	25.566	-	-	25.566	-
Total:	-	25.566	-	-	25.566	-
31/12/10						
Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Preços cotados em mercados ativos para			Preços cotados em mercados ativos para		
	ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-						
Mantidos para negociação	-	45.860	-	-	45.860	-
Total:	-	45.860	-	-	45.860	-

Notas Explicativas

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Controladora						
31/03/11		31/12/10		31/12/09		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	15.094	15.094	3.605	3.605	2.211	2.211
Aplicações Financeiras	25.566	25.566	45.860	45.860	17.952	17.952
Títulos mantidos até o vencimento	5.551	5.551	14.324	14.324	16.802	16.802
	<u>46.211</u>	<u>46.211</u>	<u>63.789</u>	<u>63.789</u>	<u>36.965</u>	<u>36.965</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	51.570	51.570	50.101	50.101	44.083	44.083
	<u>51.570</u>	<u>51.570</u>	<u>50.101</u>	<u>50.101</u>	<u>44.083</u>	<u>44.083</u>
Consolidado						
31/03/11		31/12/10		31/12/09		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	15.128	15.128	3.667	3.667	2.515	2.515
Aplicações Financeiras	25.566	25.566	45.860	45.860	18.007	17.952
Títulos mantidos até o vencimento	7.679	7.679	16.911	16.911	16.803	16.858
	<u>48.373</u>	<u>48.373</u>	<u>66.438</u>	<u>66.438</u>	<u>37.325</u>	<u>37.325</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	64.046	64.046	75.289	75.289	68.966	68.966
	<u>64.046</u>	<u>64.046</u>	<u>75.289</u>	<u>75.289</u>	<u>68.966</u>	<u>68.966</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos e Impostos parcelados

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação, para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos e impostos parcelados, estão apresentados nas Notas 15 e 16. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

h) Gestão do capital

Notas Explicativas

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que está mantendo uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2011, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia era de R\$635.941 (R\$558.149 em 2009), composta da seguinte forma: Prédios R\$88.859 (R\$81.068 em 2009); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$197.364 (R\$193.815 em 2009); Mercadorias e Matérias-Primas R\$35.359 (R\$33.266 em 2009); Lucro Cessantes R\$314.359 (R\$250.000 em 2009).

28. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$325.706 em 31 de março de 2011, sendo que R\$44.671 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$281.035 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 20 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme fato relevante publicado em 9 de maio de 2011, em 06 de maio de 2011, a Companhia celebrou Contrato com Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong e adquiriu através de uma sociedade recém constituída as marcas Ecologie, Nick&Vick, Natural Pro e Aquatress, entre outras. A nova sociedade irá atuar no segmento de perfumaria, cosméticos e higiene pessoal e a Companhia terá uma participação de 75% (setenta por cinco por cento) do capital votante de tal sociedade, com investimento de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Notas Explicativas

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Administração em reunião ocorrida em 12 de Maio de 2011.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Bombril S.A:

São Bernado do Campo – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Bombril S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas sobre as informações intermediárias

Conforme nota explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., relativos aos exercícios de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos administradores da controlada com base em cópia de documentos e contratos, planilhas de controle, etc. visto que os documentos originais da controladora estão em poder das autoridades italianas (comentários detalhados na nota explicativa nº15) e, portanto, encontram-se indisponíveis. A controlada possui ativos totais de R\$324.416 mil, patrimônio líquido de R\$323.330 mil e lucro do período de R\$19.596 mil em 31 de março de 2011. Não foi possível aplicar procedimentos de revisão nas informações contábeis da controlada referentes aos exercícios de 2002 a 2005, julgados necessários nas circunstâncias. Como conseqüência não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas informações contábeis intermediárias.

Conforme nota explicativa nº11d, não foram obtidas respostas às solicitações de confirmação direta de saldos e operações das empresas C&P Overseas Ltd., Società Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A., pertencentes ao grupo econômico do antigo acionista controlador (em processo de liquidação judicial). A Companhia possui R\$1.045.905 mil de contas a receber (que encontram-se totalmente provisionados para perdas) e R\$51.537 mil de contas a par em aberto com as referidas empresas. Caso fossem recebidas essas confirmações de saldos e operações, as informações poderiam resultar em ajustes complementares nas informações contábeis intermediárias apresentadas pela Companhia.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A Companhia apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 102.255 mil em 31 de março de 2011 (R\$122.319 mil em 31 de dezembro de 2010). Os planos da administração para reverter o passivo a descoberto estão detalhados na nota explicativa nº1.

Conforme nota explicativa nº 16, a Companhia formalizou o Pedido de Parcelamento Especial na forma da Lei nº 11.941, de 27 de

maio de 2009, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009 (REFIS IV), incluindo novos débitos e migrando valores inscritos nos parcelamentos especiais anteriores (PAES e PAEX). Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores ainda não foram objeto de homologação, assim como os novos débitos parcelados estão sujeitos a homologação pelas autoridades competentes. O total do débito tributário da Companhia e suas controladas foi recalculado e montou R\$ 472.348 mil na controladora e em R\$ 474.789 mil no consolidado, os quais deduzidos dos benefícios da anistia de R\$ 190.156 mil na controladora e R\$ 191.954 mil no consolidado, bem como dos pagamentos já efetuados, resultaram numa nova dívida que monta R\$ 282.192 mil na controladora e R\$ 282.835 mil no consolidado em 31 de março de 2011. A mensuração e a contabilização das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições legais estabelecidas nos programas e a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização das análises das dívidas declaradas pelas autoridades competentes.

Conforme nota explicativa nº 20, a Companhia e suas controladas estão discutindo administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, no montante de R\$ 3.750.841 mil em 31 de março de 2011. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é possível, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para demandas judiciais e administrativas.

Conforme detalhado na nota nº 9.a, a controlada Bombril Overseas Inc. possui recebíveis – Eurobonds da Companhia no valor de R\$320.387mil em 31 de março de 2011, os quais estão utodiados em uma conta da empresa Cirio Holding Luxembourg S.A. A controlada impetrou pedido para recuperar esses títulos, perante o tribunal de Luxemburgo, o qual foi aceito pelo respectivo tribunal. A transferência dos Eurobonds ainda não foi realizada em razão dos títulos encontrarem-se indisponíveis em função de outro arresto, este criminal, efetuado pelas autoridades judiciais italianas, onde se investiga a falência do Grupo Cirio. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência. A opinião dos assessores legais da Companhia, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada possível. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, as empresas Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A. e Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram não ter direito sobre os Eurobonds e assinaram um acordo com a controladora da Bombril S.A., Newco International Ltd, comprometendo-se a tomar todas as medidas necessárias para transferir integralmente os títulos à Bombril Overseas Inc. O resultado da investigação do tribunal da Itália que deve permitir a transferência da custódia e o reconhecimento da titularidade da controlada sobre estes títulos são fatores fundamentais para evitar eventuais ajustes na posição contábil e financeira da Companhia.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Bernardo do Campo, 13 de maio de 2011
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6

Marcos Roberto Evangelista
Contador CRC 1SP-218.803/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Bombril S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº. 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2011. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração, no parecer emitido por Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e ratificando as ressalvas e ênfases do citado parecer, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Bernardo do Campo, 12 de maio de 2011.

José Ferraz Ferreira Filho

Renata Nunes Guimarães Hubenet

Diogo Rogério Xavier da Silveira Talocchi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2011 da Bombril S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Marco Aurélio Guerreiro de Souza
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Armando Barbosa Marchioni
Diretor Administrativo

Marcos Henrique Scaldelai
Diretor de Marketing

Fernando de Lima Seabra
Diretor de Vendas

São Bernardo do Campo, 12 de maio de 2011

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 13.05.2011, não havendo qualquer discordância.

Marco Aurélio Guerreiro de Souza
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Armando Barbosa Marchioni
Diretor Administrativo

Marcos Henrique Scaldelai
Diretor de Marketing

Fernando de Lima Seabra
Diretor de Vendas

São Bernardo do Campo, 12 de maio de 2011.